



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ANTÔNIO GIOVANI ALVES DE SOUSA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA



ROSIANE MAGALHÃES SOUSA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Uma análise dos trabalhos monográficos sobre a EJA no curso de Pedagogia da UESPI, *Campus de Piripiri-PI*.

Piripiri-PI
2025

ROSIANE MAGALHÃES SOUSA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Uma análise dos trabalhos monográficos sobre a EJA no curso de Pedagogia da UESPI, *Campus de Piripiri*–PI.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura Plena de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana.

Piripiri–PI
2025

S725e Sousa, Rosiane Magalhães.

Educação de jovens e adultos: uma análise dos trabalhos monográficos sobre a EJA no curso de Pedagogia da UESPI, Campus de PiripiriPI / Rosiane Magalhães Sousa. - 2025.
60 f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Campus Prof. Antônio Giovani Alves de Sousa, Licenciatura em Pedagogia, Piripiri-PI, 2025.

"Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana".

1. Pedagogia. 2. Disciplina. 3. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 4. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 5. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). I. Santana, Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco . II. Título.

CDD 370

ROSIANE MAGALHÃES SOUSA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Uma análise dos trabalhos monográficos sobre a EJA no curso de Pedagogia da UESPI, *Campus de Piripiri-PI*.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura Plena de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: 14/01/2025

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente



MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTELO BRA

Data: 01/07/2025 13:50:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana (Orientadora)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Documento assinado digitalmente



EDILENE LIMA DA SILVA

Data: 08/07/2025 12:48:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Msa. Edilene Lima da Silva (1º Examinador)
Secretaria Municipal de Teresina (SEMEC)

Documento assinado digitalmente



MANUELA GARCIA DE OLIVEIRA

Data: 02/07/2025 08:43:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Manuela Garcia de Oliveira (2º Examinador)
Escola Ana Nery

Piripiri-PI
2025

Dedico este trabalho ao meu Deus, digno de toda honra e glória!

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho, meu coração transborda de alegria e gratidão a Deus por essa grande conquista. Agradeço imensamente a Ele por seu infinito amor, pela força e coragem para que eu não desistisse deste trabalho. Não foi um processo fácil, mas em todos os momentos que duvidei da minha capacidade, chorei, desanimei, Ele me deu forças para que eu pudesse prosseguir e tornar esse sonho em realidade.

Aos meus pais, gostaria de agradecer por todo amor e dedicação, muito obrigada pela decisão tomada em me trazer para a cidade, ainda na minha infância, para que eu tivesse acesso a boas escolas. De forma alguma irei esquecer de todos os seus esforços para que eu pudesse chegar até aqui. As minhas irmãs, agradeço pelo carinho, pelo amor, pelas palavras de encorajamento para que eu apresentasse esse trabalho a tempo.

Ao meu marido, agradeço por me amar e estar comigo em todos os capítulos da nossa história, me incentivando e celebrando as minhas conquistas, que eu posso dizer sem medo de errar: são nossas conquistas. O seu apoio foi essencial para eu concluir essa etapa com êxito.

Aos meus colegas de turma, agradeço por todos os momentos vividos ao longo desses quase 5 anos, foi um período muito precioso de aprendizados e de partilha de momentos incríveis. Aos meus professores do curso de Pedagogia, muito obrigada pelo conhecimento compartilhado e pelas grandes contribuições para com a minha formação.

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Santana, muito obrigada por todo suporte desde o momento inicial de escolha do tema até a finalização deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para eu obter sucesso na escrita da minha monografia.

A minha banca examinadora, Prof^a Msa. Edilene Silva e Prof^a Dr^a Manuela Oliveira, muito obrigada pela leitura do meu trabalho e pelas excelentes contribuições e sugestões para a minha pesquisa.

Desse modo, quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Que Deus possa continuar abençoando grandemente a vida de

cada um de vocês, e para finalizar, agradeço mais uma vez a Deus, que “grandes coisas fez o SENHOR por nós, e, por isso, estamos alegres.” Sl 126.3. Cristo Vive!

RESUMO

O presente estudo insere-se no campo de pesquisa da Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de compreender as temáticas que os alunos do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piri-piri-PI, abordaram nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) neste município, no período de 2010 a 2023. Para isso, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e de campo. A seleção das sete monografias para análise foi feita durante uma visita à biblioteca da UESPI, campus de Piri-piri-PI, com a finalidade de escolher todos os trabalhos sobre a EJA, relacionados ao tema central e com ênfase nas zonas urbana e rural de Piri-piri-PI, defendidos entre o período de 2010 e 2023. Trabalhos de outros municípios foram descartados, pois não estavam alinhados à proposta deste estudo. A delimitação de 2010 a 2023 se justifica pelo fato que, em 2010, após a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, a UESPI implementou um novo currículo para este curso, adotando um currículo comum a todos os campi da instituição onde o curso de Pedagogia é oferecido. Sendo assim, a delimitação final para o ano de 2023 ocorreu porque o Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) aprovou um novo currículo, que passou a vigorar no ano de 2024. É importante ressaltar que, entre o início da licenciatura, em 2004, e o ano de 2023, o curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piri-piri-PI, adotou três currículos, numerados como 01, 14 e 22, entretanto, essa pesquisa considerou apenas os dois últimos. Os principais resultados indicam que a disciplina de EJA foi ofertada no 8º período do Currículo 14 (2010) e antecipada para o 4º bloco no Currículo 22 (2014/2022), proporcionando aos discentes um contato precoce com a temática. Houve uma redução das disciplinas de pesquisa, de cinco para três, e seu posicionamento nos últimos semestres favoreceu um maior amadurecimento teórico nos alunos. No entanto, esses fatores não representaram um aumento significativo na quantidade de pesquisas sobre a EJA dentro do curso de Pedagogia no recorte analisado. As monografias analisadas evidenciaram que os inúmeros desafios enfrentados na EJA se repetem ao longo dos anos, indicando a continuidade ou até o agravamento desses problemas. Além disso, observou-se que temas contemporâneos, como tecnologias e metodologias ativas, ainda não foram abordados, apontando lacunas na produção acadêmica. Os trabalhos também destacaram a necessidade de formação continuada para os professores que atuam na área. Dessa forma, este estudo atingiu seus objetivos e contribui para uma maior compreensão dos desafios da EJA, servindo de suporte para futuras pesquisas e intervenções mais eficazes na educação de jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Curso de Pedagogia. PPC. Disciplina da EJA. TCC.

ABSTRACT

The present study is part of the research field of Youth and Adult Education, with the aims to understand the themes which the students from the Pedagogy Course at UESPI, Piripiri-PI campus, approached in their Final Course Work (TCC - Trabalho de Conclusão de Curso) on Youth and Adult Education (EJA - Educação de Jovens e Adultos) in this municipality, in the period of 2010 to 2023. For this, the methodology adopted was the bibliographic and field research. The selection of the seven monographs for the analysis was made during a visit to the library of the UESPI, Piripiri-PI campus, with the purpose of chose all works about EJA, related to the central theme and with emphasis in the rural and urban areas of Piripiri-PI defended between 2010 to 2023. Studies of other municipalities were discarded, because they were not aligned with the proposal of the study. The delimitation of 2010 to 2023 is justified by the fact that, in 2010, after the resolution of National Education Council (CNE/CP n.º 1, of May 15, 2006), which institutes the National Curricular Guidelines (DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais) for the Pedagogy Course, degree, the Uespi implemented a new curriculum for this course, adopting a common curriculum for all campus of institution where the Pedagogy Course is offered. Therefore, the delimitation for the year 2023, occurred because the Course Structuring Teaching Core (NDE - Núcleo Docente Estruturante) approved a new curriculum, which passed to hold in the year 2024. It is important to highlight, between the beginning of the degree, in 2004, and the year 2023, the pedagogy course of UESPI, Piripiri-PI campus, adopted 3 curriculum numbered as 01, 14 and 22, however this research only the last two. The main results indicate that the subject offered in the 8º period of the curriculum 14 (2010) is anticipated for the 4º period in the curriculum 22 (2014/2022), providing to the students an early contact with the subject. There was a reduction in research disciplines, from five to three, and the positioning in the last semesters favored a greater maturation in the students. However, these factors do not represented a significant increase in the amount of research about EJA inside of the Pedagogy Course in the analyzed section. The monographs analyzed evidenced which the numerous challenges faced in the EJA are repeated over the years, indicating continuity or even worsening of these problems. Moreover, it was observed that the contemporary themes, such as technologies and active methodologies, have yet to be addressed, pointing to the gaps in the academic production. The works also highlight the necessity for the continuing education for the teachers which work in the area. That way this study achieved your goals and contributed for the greater understanding of the EJA challenges, serving as support for future research and interventions more effective in the education of youth and adult education.

Keywords: Youth and Adult Education. Pedagogy Degree Course. CPP. EJA subject. Final Paper.

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica.....	19
CEE	Conselho Estadual de Educação.....	29
CNE	Conselho Nacional de Educação.....	13
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.....	32
DTIC	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	32
EJA	Educação de Jovens e Adultos.....	01
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação.....	26
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.....	26
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	21
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização.....	22
NDE	Núcleo Docente Estruturante.....	41
PNA	Plano Nacional de Alfabetização.....	22
PNE	Plano nacional de Educação.....	28
PPC	Projeto Pedagógico de Curso.....	31
PROVEJA	Programa de Valorização da Educação de Jovens e Adultos.....	30
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.....	31
UESPI	Universidade Estadual do Piauí.....	01
UFPI	Universidade Federal do Piauí.....	30
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.....	25

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Diferença entre as ementas de 2010 e 2014/2015.....	36
Quadro II - Oferta da disciplina de EJA por períodos e currículos.....	40
Quadro III - Monografias sobre a EJA em Piripiri–PI de 2010 a 2023.....	44
Quadro IV - Motivações e quantidade de trabalhos realizados pelos discentes.....	46

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma I - Licenciatura Plena em Pedagogia - vigorou a partir de 2004.1.....	35
Fluxograma II - Licenciatura Plena em Pedagogia - vigorou a partir de 2010.1.....	36
Fluxograma III - Licenciatura Plena em Pedagogia - vigorou a partir de 2014.1.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Caminhos percorridos: a trajetória da pesquisa e as escolhas metodológicas.....	15
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	18
2.1 Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	19
2.2 Marcos legais da Educação de Jovens e Adultos.....	24
2.3 A Educação de Jovens e Adultos no Piauí e em Piripiri-PI.....	30
3 A EJA DENTRO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UESPI CAMPUS DE PIRIPIRI-PI ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2023.....	33
3.1 A Disciplina de EJA e sua influência nos TCCs do curso de Pedagogia da UESPI de Piripiri-PI.....	34
3.1.1 Ementa da EJA.....	38
3.1.2 Presença curricular da disciplina de EJA ao longo dos anos.....	40
3.1.3 Análise das monografias sobre a EJA.....	42
3.1.4 Abordagens, motivações e influências.....	46
3.2 Resultados e contribuições das pesquisas sobre a EJA: o que dizem os TCCs da UESPI de Piripiri-PI.....	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5 REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é destinada aos alunos que não concluíram ou não tiveram acesso ao ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996, Art. 37), visando garantir a retomada do processo formativo a essa parcela da população que, por algum motivo, foi privada ou não concluiu seus estudos na idade regular, buscando reparação histórica e avanço rumo à superação do analfabetismo e melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, embora o ingresso na educação tenha avançado em diversos aspectos nos últimos anos, sabemos que, historicamente, os desafios na educação são crescentes no Brasil, especialmente nessa modalidade de ensino, na qual o perfil dos alunos é bem diferente dos alunos que estão na idade regular de escolarização. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objeto de estudo as monografias sobre a EJA no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus de Piripiri-PI¹, entre os anos de 2010 e 2023.

A escolha desse tema foi de ordem pessoal, pois, no período de 2021 a 2023, minha mãe cursou o ensino médio integrado ao técnico em Administração na modalidade EJA em uma escola estadual da cidade de Piripiri-PI, onde reside. Durante esse intervalo, observei o desenvolvimento educacional dela e de outros colegas de sua turma, o que me permitiu perceber como essa modalidade de ensino é importante para a atuação do indivíduo na sociedade.

Aliada a essa motivação pessoal e ao cursar a disciplina de EJA presente na grade curricular de Pedagogia, no ano de 2021, surgiu o seguinte questionamento: Que temáticas os alunos do Curso de Pedagogia da UESPI, em especial do campus de Piripiri-PI, abordaram em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre a Educação de Jovens e Adultos neste município?

Para isso, foi necessário responder aos seguintes questionamentos específicos: em que período a disciplina de EJA foi ofertada aos discentes no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, entre os anos de 2010 e 2023? Como ela foi abordada nos projetos pedagógicos deste curso? Quantos TCCs sobre a EJA no município de Piripiri-PI foram realizados nesse período? Como os

¹ O nome completo do campus é Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, localizado na cidade de Piripiri, estado do Piauí. No entanto, para este trabalho, será utilizado apenas o termo "Campus de Piripiri-PI".

conteúdos e autores trabalhados em sala de aula influenciaram as temáticas estudadas pelos discentes? Quais foram os resultados encontrados pelos alunos do referido curso e campus em suas pesquisas?

A delimitação de 2010 a 2023 se justifica pelo fato que, em 2010, após a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, a UESPI implementou um novo currículo para este curso, adotando um currículo comum a todos os campi da instituição onde o curso de Pedagogia é oferecido.

Sendo assim, a delimitação final para o ano de 2023 ocorreu porque o Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) aprovou um novo currículo, que passou a vigorar no ano de 2024. É importante ressaltar que, entre o início da licenciatura, em 2004, e o ano de 2023, o curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, adotou três currículos, numerados como 01, 14 e 22², entretanto, essa pesquisa considerou apenas os dois últimos.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as temáticas que os alunos do curso de Pedagogia da UESPI, em especial do campus de Piripiri-PI, abordaram em seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) neste município.

Especificamente tivemos como objetivos, caracterizar o período e a abordagem da disciplina de EJA ofertada no curso de Pedagogia da UESPI, conforme os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do campus de Piripiri-PI, entre os anos de 2010 e 2023; refletir como os conteúdos e autores estudados na disciplina de EJA influenciaram nas temáticas e na quantidade de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) realizados pelos discentes do curso de Pedagogia da UESPI campus de Piripiri-PI entre os anos de 2010 a 2023; analisar como os discentes da UESPI, campus de Piripiri-PI, conduziram suas pesquisas sobre a EJA, destacando os principais resultados e contribuições dessas investigações.

Destarte, a relevância social desse trabalho ocorre porque os dados aqui levantados mostram como se encontra a pesquisa sobre a EJA, de forma que as secretarias estaduais e municipais percebam como evoluiu a modalidade de ensino

² As nomenclaturas dos currículos 01, 14 e 22 não estão presente no PPC, e sim, são uma nomenclatura interna utilizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e o controle acadêmico da UESPI.

de Jovens e Adultos no município ao longo desses treze anos. Além disso, no meio acadêmico esse trabalho servirá de subsídio para outros estudos sobre esse tema, a fim de mostrar as lacunas ainda existentes nessa área.

1.1 Caminhos percorridos: a trajetória da pesquisa e as escolhas metodológicas.

A presente investigação teve uma abordagem qualitativa que, segundo Lira (2019, p. 21), "[...] busca a compreensão dos fenômenos e o modo de interpretá-los, não utilizando instrumentos estatísticos para o processo de análise de um problema de pesquisa. [...]", onde busquei compreender, caracterizar, refletir e analisar sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Piripiri-PI, com a seguinte delimitação: "Uma análise dos trabalhos monográficos sobre a EJA no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, entre os anos de 2010 a 2023".

No intuito de responder à problemática do presente estudo, o consideramos de caráter exploratório que, segundo Gil (2009, p.27), "[...] este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.", ou seja, o estudo de caráter exploratório visa explorar um campo ainda pouco estudado. Como o intervalo de tempo escolhido de certa forma é muito recente, não temos cientificamente dados atuais sobre a EJA na cidade de Piripiri-PI, por isso, a necessidade de estudá-lo.

A fim de aprofundar o conhecimento na esfera da EJA, inicialmente, realizei um levantamento bibliográfico, buscando em autores já consagrados, artigos, livros, revistas digitais, documentos oficiais e teses, materiais que embasam o objeto de estudo, ou seja, utilizando de dados teóricos já pesquisados por outros autores, devidamente registrados, que servem como fonte e contribuições fundamentais da presente pesquisa (SEVERINO, 2013).

Em seguida, efetuei um levantamento de campo, selecionando trabalhos arquivados na biblioteca da UESPI, campus de Piripiri-PI, que tratam sobre a temática de Educação de Jovens e Adultos neste município. Ainda de acordo com Severino (2013, p. 107), na *pesquisa de campo* "[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em

que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. [...]”.

A seleção das monografias para análise foi feita durante uma visita à biblioteca da UESPI, campus de Piripiri-PI, com a finalidade de escolher todos os trabalhos sobre a EJA, relacionados ao tema central e com ênfase nas zonas urbana e rural de Piripiri-PI, defendidos entre o período de 2010 e 2023. Trabalhos de outros municípios foram descartados, pois não estavam alinhados à proposta deste estudo.

Como não foi possível retirar fisicamente o material da biblioteca, digitalizei as monografias por meio da câmera de um celular, com o auxílio do aplicativo CamScanner, e armazenei em formato de PDF em uma pasta do Google Drive, evitando a perda de dados antes da conclusão desta análise. Os TCCs utilizados se encontram arquivados na biblioteca do campus, na seção de Pedagogia.

Após a triagem, identifiquei a presença de sete trabalhos de conclusão de curso (TCC), que tratam diretamente sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Piripiri-PI, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Todos eles foram produzidos por alunos concluintes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, no espaço de tempo delimitado por esta pesquisa.

Na sequência, solicitei à coordenação do curso os PPCs de Pedagogia e as ementas referentes ao período estudado. Posteriormente, analisei estes materiais priorizando identificar, no intervalo de 2010 a 2023, em qual período a disciplina foi ofertada para os discentes, como ela foi posta no PPC de Pedagogia, e como os conteúdos e autores trabalhados em sala de aula influenciaram nos trabalhos finais dos discentes, destacando as abordagens, motivações, resultados e as contribuições de suas investigações para compreensão desta modalidade no município de Piripiri-PI.

Dessa maneira, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O capítulo 1 introduz o tema, apontando os objetivos, motivações, relevância do trabalho e os percursos metodológicos; o capítulo 2 aborda o histórico e marcos legais da EJA no Brasil e no Estado do Piauí; o capítulo 3 analisa a oferta da disciplina EJA no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, e as

contribuições das monografias realizadas pelos discentes. Por último, o capítulo 4 apresenta as considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil teve avanços significativos a partir de seu reconhecimento em Leis que garantem sua efetivação, sobretudo na garantia de direitos essenciais para escolarização de pessoas que não conseguiram concluir seus estudos na idade regular ou que não tiveram acesso à educação por diversos motivos, sejam eles de ordem física, social, econômica ou até mesmo política.

Diante desse cenário, podemos observar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 3º, inciso III, se mostra preocupada em erradicar a pobreza e a marginalização contribuindo consideravelmente para a redução das desigualdades sociais e regionais, tendo em vista que, os estudos, se destacam como uma excelente oportunidade de mudança da realidade socioeconômica e cultural do indivíduo. Para Cury, a Educação de Jovens e Adultos representa,

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (CURY, 2000, p.5)

Na visão do autor, a modalidade EJA surge como uma forma de reparação histórica para aqueles que não tiveram condições de concluir seus estudos, ou mesmo nem chegaram a ter o acesso à instrução, pois tiveram muito cedo que se ausentar da escola por diversos motivos. A privação do direito à educação e as lacunas da aprendizagem certamente culminam em muitos prejuízos para a convivência social e para o desenvolvimento do país.

Segundo Moll (2008), existem no Brasil diversos homens e mulheres que não puderam permanecer na escola devido à necessidade de trabalhar ou por algumas visões errôneas de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é o suficiente”. Infelizmente, essa situação é bastante comum no nosso cotidiano, dado que o perfil dos alunos da EJA é diferente das demais modalidades de ensino, e é costumeiro encontrar essas e outras dificuldades no público da EJA.

Apesar da EJA representar uma reparação de danos, como aponta Cury, as novas legislações a partir de 1988 foram e continuam muito importantes ao oportunizar vagas e conhecimento para aqueles que não puderam em tempo hábil

fazê-lo.

Com o intuito de aprofundar esse estudo, abordaremos, nos próximos subtópicos, o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os marcos legais dessa modalidade e a EJA no Piauí e em Piripiri-PI. Assim sendo, esperamos oferecer uma compreensão detalhada sobre o tema.

2.1 Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Historicamente, a educação no Brasil enfrentou diversos retrocessos, entraves, omissões, esquecimentos e negligências. Todos esses obstáculos precisaram ser transpostos com muitas lutas e mobilizações sociais na conquista do que temos hoje em termos de direitos e avanços significativos no campo educacional. Contudo, ainda há muitos desafios, principalmente na Educação de Jovens e Adultos.

A educação para adultos em nosso país teve seu início na época da colonização com os Padres Jesuítas, integrantes da Companhia Missionária de Jesus que, segundo Miranda et al. (2016, p.1), “[...] se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo. [...]”. A evangelização, conhecida como catequização, tinha como alvo a pregação do evangelho, mas também continha um aspecto educativo, no que se refere aos métodos de educação utilizados, e os diversos colégios instituídos pelos Jesuítas.

Conforme Saviani (2011), os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Nesse período, há um consenso entre os pesquisadores em relação ao início da educação formal do país e a circulação das primeiras ideias pedagógicas. Eles instituíram vários colégios e seminários e exerceram um verdadeiro monopólio da instrução enquanto estiveram em solo brasileiro. Todo o conhecimento repassado pelos padres no campo das ideias pedagógicas foi de caráter tradicional, com uma forte influência religiosa.

Posteriormente, dois acontecimentos culminaram na decadência da Educação de Adultos: primeiro, em 1759, os padres Jesuítas, principais educadores do período colonial, foram expulsos do Brasil e de todas as colônias de Portugal.

Após isso, com a chegada da Família Real, houve um grande retrocesso e o Império ficou responsável por organizar a sua oferta. Nesse momento, a educação brasileira foi marcada pelo elitismo (educação para os filhos homens e brancos), excluindo, desse modo, as populações negras e indígenas e centralizando o conhecimento formal apenas nas classes dominantes (STRELHOW, 2010).

Diante de um grande índice de analfabetismo, a primeira Constituição Imperial, outorgada no ano de 1824 pelo imperador Dom Pedro I, procurou um sentido mais amplo para a Educação e garantia “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.” (BRASIL, 1824, art. 179, XXXII). Todavia, como afirma Cury no Parecer CNE, da Câmara de Educação Básica (CEB), n.º 11/2000:

[...] A educação escolar era apanágio de destinatários saídos das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. Para escravos, indígenas e caboclos __assim se pensava e se praticava __ além do duro trabalho, bastaria a doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica. O acesso à leitura e à escrita eram tidos como desnecessários e inúteis para tais segmentos sociais [...] (BRASIL, 2000, p.13).

Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração que apenas os homens livres e libertos tinham titularidade de cidadãos, logo, a maioria da população foi privada do acesso à educação, e o direito não alcançava a “todos”, como previsto no texto da Constituição. Além disso, a educação escolar não era prioridade para o governo daquele período. Como destacou o relator Cury, para os escravos, caboclos e indígenas, o que restava era somente a violência física ou simbólica como artifício de obediência, a doutrina oral e um árduo trabalho, sobremaneira desgastante.

O Ato Adicional de 1834, autorizado pela Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834, foi uma importante reforma constitucional na época do Império no Brasil e funcionou como uma revisão da Constituição vigente. A partir desse ato, a alfabetização de jovens e adultos passou a ser considerada um ato de solidariedade, uma vez que as províncias se tornaram responsáveis pela formação primária e secundária de todas as pessoas, e principalmente, de jovens e adultos. O ensino voltado para esse público foi desenvolvido por um aspecto caridoso e missionário (STRELHOW, 2010).

Em 1876, ainda no Brasil Império, aconteceram os primeiros registros da escolarização noturna para adultos, popularmente conhecida como instrução popular. Na ocasião, um relatório formulado pelo ministro José da Cunha Figueiredo,

apontou que existiam 200 mil alunos frequentando as aulas que aconteciam no período da noite. Em contrapartida, apesar da grande demanda da educação para adultos, acredita-se que existia uma forte interferência do desenvolvimento industrial brasileiro nesta oferta. Alguns acreditavam no domínio da língua falada e escrita para a compreensão dos métodos de produção, outros como instrumento de ascensão social, outros como progresso do país ou mesmo como forma de ampliar a base de eleitores (CUNHA, 1999).

Em 09 de janeiro de 1881, a Lei Saraiva - Decreto n.º 3.029, nomeada em homenagem ao ministro imperial José Antônio Saraiva, colaborou ainda mais com esse pensamento, ao proibir o voto de analfabetos nas eleições, considerando a educação como um meio de ascensão social, bem como, o fato do analfabetismo continuar associado à incapacidade e à ignorância social (LIMA; MELO, 2019).

Diante desse cenário, como se não bastasse a gratuidade da educação primária alcançar apenas uma parcela reduzida da população, na primeira Constituição Republicana promulgada no ano de 1891, não houve menção a instrução gratuita (prevista na Constituição Imperial) e vetou, em seu artigo 70, o voto aos analfabetos, restringindo-o somente às pessoas alfabetizadas e com boas posses. Desse modo, a Constituição deu continuidade à Lei Saraiva n.º 3.029/1881, mantendo a alfabetização como uma condição para o exercício do voto. Ademais, essa Constituição de 1891 prosseguiu com a descentralização da educação escolar promovida anteriormente no Ato Adicional de 1834.

Essa clara discriminação e exclusão dos analfabetos foi uma tentativa de forçar ou incentivar as pessoas, por iniciativa própria, a estudarem de alguma forma e a buscarem um curso de primeiras letras. Nesse caso, o indivíduo era tido como o principal agente de seu próprio desenvolvimento e alfabetização, devido ao espírito liberal da época, que desconsiderava os [...] privilégios advindos da opressão escravocrata e de formas patrimonialistas de acesso aos bens econômicos e sociais. [...] (CURY, 2000, P.14). Nesse aspecto, ao invés de o Brasil evoluir para uma democracia, estava caminhando para uma República dominada por poucos, pelos detentores das riquezas e alfabetizados.

Após protestos de variados movimentos sociais e campanhas, a Constituição de 1934 surgiu como a primeira a reconhecer a educação como um direito de todos e um dever do poder público e da família, como descrito em seu artigo 149. Já o

artigo 150, menciona o Plano Nacional de Educação (PNE), definindo que este deveria obedecer ao “ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos” (BRASIL, 1934, § único). A partir desse momento, ficou estabelecido que os adultos estavam incluídos no direito à educação, de forma gratuita e obrigatória. Não obstante, o PNE de 1936/1937, que se referia à Constituição de 1934 e continha um capítulo inteiro relacionado ao ensino supletivo, não foi votado devido à instauração do Estado Novo.

Em 1946, a promulgação de uma nova Constituição reafirmou a educação como um direito de todos e o ensino primário oficial como gratuito para todos, nos artigos 166 e 167. Treze anos depois, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 4.024/61, aborda de uma forma mais clara sobre a instrução supletiva para os que iniciaram a alfabetização após os 7 anos. No Título VI, capítulo II, artigo 27, a LDB estabelece que: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos [...]. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”. (BRASIL, 1961). O artigo 99, permitia a obtenção de certificados de conclusão ginásial mediante exames de madureza, nos casos em que os estudos fossem realizados fora do regime escolar regular.

Na década de 60, Paulo Freire se destacou na alfabetização para adultos, baseado na concepção libertadora, que buscava a emancipação crítica do estudante através da educação, visto que, de acordo com Beluzo (2015, p.1), o método freiriano “[...] considerava a realidade em que o aluno estava inserido para promover sua emancipação da condição de oprimido para a de cidadão crítico e atuante na sociedade”.

Para isso, Freire partia dos conhecimentos prévios dos alunos para dar continuidade ao processo de alfabetização, considerando a realidade dos educandos e utilizando palavras geradoras conhecidas. Esse método visava estimular a consciência crítica, proporcionando que o indivíduo tivesse uma educação mais humana e conseguisse questionar a realidade em que estava inserido. De acordo com Feitosa, Dos Santos e Da Silva,

Fica evidente, então, que a pedagogia libertadora referenciada na Educação Popular se volta, necessariamente, a um processo de ensino e aprendizagem dialógico, o qual valoriza os diferentes saberes - prévios e

os construídos conjuntamente – mediados pela participação democrática, cuja perspectiva é de formação de sujeitos que interagem, de fato, com o mundo em que vivem, com suas realidades e com suas histórias, rompendo com as barreiras impostas pelo modelo de educação bancária, [...]. (2022, p.6).

Inserida nessa conjuntura, a pedagogia libertadora defendida por Paulo Freire se opõe ao que ele denomina de educação bancária - onde o professor vê o aluno apenas como um banco no qual deposita conhecimento - tendo em vista que, a pedagogia freiriana, torna o sujeito ativo, criticamente consciente, e a relação educador e educando se torna mais interativa e, principalmente, pautada na dialogicidade.

Visto isso, a proposta de Freire tomou proporções maiores em virtude do excelente trabalho realizado em Angicos–RN. Sua experiência bem-sucedida de alfabetização serviu como fonte de inspiração para um projeto nacional, chamado Plano Nacional de Alfabetização (PNA), a convite do então ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos.

O PNA, instituído pelo Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964, e assinado pelo presidente João Goulart, representou uma ameaça à elite brasileira. Por isso, logo após o golpe militar de 1964, os movimentos populares perderam força e o programa freiriano foi interrompido. Diante do novo regime, o método de Paulo Freire não foi aceito devido ao seu viés de conscientização crítica dos indivíduos acerca da realidade em que estavam inseridos, uma vez que, na proposta do regime militar, a educação deveria atender exclusivamente aos interesses capitalistas e ao fortalecimento de uma população voltada apenas para o cumprimento de seus deveres.

Em 1967, mesmo sob a vigência do regime, a Constituição manteve a educação como direito de todos, como consta no artigo 168, Título IV: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; [...]”. Nesse mesmo artigo, pela primeira vez, foi estendida até os quatorze anos a obrigatoriedade do ensino, abrangendo crianças e adolescentes de sete a quatorze anos. A partir disso, os maiores de 15 anos passaram a fazer parte de uma nova categoria, a de jovens, referenciados no ensino supletivo.

Ainda em 1967, a Lei n.º 5.379/67 instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de ser uma ferramenta de enfrentamento ao

analfabetismo, mas sem uma abordagem crítica e transformadora. Sob a concepção educacional do regime militar, o programa tinha como metas principais, de acordo com Beluzo,

[...] erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos. [...] (2015, p. 5)

Com base nessa concepção, o MOBRAL buscava impulsionar a alfabetização funcional para jovens e adultos, através da aquisição de habilidades básicas essenciais para a vida cotidiana, como a leitura, a escrita e os cálculos matemáticos que facilitam o cotidiano dos alunos. Essa iniciativa tinha como alvo a erradicação do analfabetismo e a integração dos alunos à sociedade, mas acaba mascarando o acesso pleno à educação da população mais desprovida, no sentido econômico e intelectual, limitando a obtenção de outros direitos fundamentais.

Apesar de ter alguns pontos semelhantes ao método freiriano, como o uso de materiais específicos, as palavras geradoras e o foco na erradicação do analfabetismo, o MOBRAL se distanciava da proposta de Freire ao adotar um caráter tecnicista. O programa não considerava os saberes prévios dos discentes e não incentivava a reflexão crítica da realidade em que viviam, proporcionando uma educação funcional que visava atender unicamente ao mercado capitalista, mantendo os indivíduos obedientes apenas aos seus deveres, sem usufruir de uma formação transformadora e libertadora.

Diante desse contexto histórico, repleto de avanços e desafios no campo da Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário compreender os marcos legais que fundamentam a EJA no Brasil. Portanto, na sequência, serão abordados os principais dispositivos legais que regem essa modalidade de ensino como um direito fundamental na promoção da inclusão social.

2.2 Marcos legais da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil está fundamentada por alguns marcos legais, em especial a Constituição Da República Federativa do Brasil de

1988 e a LDB n.º 9.394/1996. Este subtópico aborda os principais dispositivos legais da EJA, fruto de inúmeras lutas sociais ao longo da história, bem como dos desafios enfrentados na luta pelo direito à educação para aqueles que não concluíram seus estudos na idade apropriada.

O Brasil vivenciou, a partir da década de 1980, um processo de redemocratização política. Em 1985, foi eleito Tancredo Neves, porém, ele faleceu antes mesmo de assumir o seu cargo, sendo substituído pelo presidente José Sarney, instaurando assim um novo processo constituinte. Esse processo refletiu o avanço da mobilização popular em decorrência da insatisfação da população para com o regime militar, resultando na abertura política e na construção da Constituição Federal de 1988 (TURA, 2001).

À luz disso, a Constituição Federal de 1988 é considerada o principal marco legal em relação à Educação de Jovens e Adultos. Em seu artigo 6º, a educação é mencionada como um dos direitos sociais do indivíduo, tão importante quanto o lazer, a saúde e a segurança. Já o artigo 23º estabelece que a União, os Estados, Distrito Federal e os municípios têm a responsabilidade pela oferta da educação para todos, incluindo a população de jovens e idosos fora da idade própria de escolarização.

No artigo 205, a Constituição afirma que a educação, como um direito de todos e dever do Estado, deve ser estimulada e proporcionada com a colaboração de toda a sociedade e da família. Por conseguinte, no artigo 206, a educação e a aprendizagem são pontuadas como um direito ao longo da vida, ou seja, a educação é entendida como um processo contínuo que independe do tempo em que o aluno está fora da escola, não limitando a educação apenas a fase da infância.

Ademais, o artigo 208, inciso I, diz que o dever do Estado será efetivado mediante a oferta da “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL, 1988, art. 208). A partir de então, a EJA passou a fazer parte da educação básica, com acesso gratuito sendo direito garantido, o que possibilitou o retorno dos jovens e idosos à escola e, em alguns casos, com remuneração em formato de incentivo.

A Carta Magna, sem dúvidas, é um elemento primordial na garantia da educação como um direito importantíssimo na vida de todos os cidadãos, enquanto

garante e delega ao Estado, à sociedade e à família, a responsabilidade pela efetivação do ensino, estendendo essa garantia, inclusive, para a modalidade EJA, certamente um feito muito importante como fruto da participação popular para o avanço da sociedade brasileira.

Sob essa perspectiva, apesar da Constituição Federal de 1988 ter representado um avanço escalonar na educação, especialmente no que diz respeito ao público da Educação de Jovens e Adultos, algumas reformas e políticas educacionais posteriores, influenciadas pelas orientações neoliberais, optaram pela negação de alguns direitos já conquistados.

Para Castro e Cruz (2024, p.5): “Essas orientações são antagônicas à garantia dos direitos adquiridos mediante esforços e lutas da classe trabalhadora, organizada em movimentos sociais, no decorrer do processo constituinte, [...]”. Ou seja, as políticas neoliberais, que visam apenas atender aos interesses do capital, influenciaram fortemente nos direitos anteriormente conquistados na Constituição para a educação.

Diante disso, a partir dos anos de 1990, o Brasil passou a vivenciar uma série de reformas que buscavam exclusivamente a sua adequação aos paradigmas neoliberais, fortemente incentivados pela política internacional. Para isso, o ponto inicial desse processo foi a sua participação na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien - Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990.

Como resultado desse evento, foi decidida a aprovação da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, mais conhecida como declaração de Jomtien. Dentre outros, o principal objetivo desta declaração foi satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, mediante a universalização da educação básica (UNICEF, 1990).

À vista disso, para que os objetivos da declaração de Jomtien fossem alcançados, foram definidas algumas metas para nortear esse processo e, por conseguinte, gerar bons resultados. Especialmente em relação à educação de adultos, foi posta a meta de reduzir 50% na taxa de analfabetismo entre adultos no prazo de 10 anos, e o aprendizado das mulheres deveria ser prioridade, a fim de diminuir as desigualdades nos índices de alfabetização entre homens e mulheres. Além disso, a meta também era a “Ampliação dos serviços de educação básica e

capacitação em outras habilidades essenciais necessárias aos jovens e adultos, [...]” (UNICEF, 1990).

Nessa perspectiva, esperava-se que a eficácia dessas metas impactasse grandemente a vida dos educandos, nos aspectos da saúde, emprego e produtividade. De acordo com Castro e Cruz (2023, p. 5), o Mapa do Analfabetismo no Brasil de 2003 demonstra que “[...], considerando os números absolutos, entre os anos de 1991 e 2000, houve uma redução de 12,7%, bem inferior aos 50% apresentados como objetivo na Conferência Mundial de Educação para Todos. [...]”. Em outras palavras, a redução na taxa de analfabetismo foi bem menor que o esperado na meta.

A LDB n.º 9.394/96 avança consideravelmente, não só em garantir o acesso, mas também condições de permanência na escola, e eleva a EJA ao patamar de modalidade da educação básica, nas etapas do ensino fundamental e médio. Destarte, a LDB n.º 9.394/96 se propõe a ofertar educação no artigo 4º, inciso VII: “[...], com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1996, art. 4º, VII). Nesse momento, a Lei garante tanto o acesso quanto a permanência do aluno da EJA no ambiente educativo, passando a ser garantidos pela legislação.

Além disso, no artigo 37, a LDB n.º 9.394/96 estende a educação e a aprendizagem como um instrumento ao longo da vida, e coloca para o Poder Público o papel de viabilizar e estimular “o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 1996, art. 37, § 2º). Esse artigo é extremamente importante ao considerarmos as especificidades do perfil de alunos da EJA, por isso, é essencial que o Poder Público viabilize e estimule meios para que esse ensino aconteça e o conhecimento se perpetue ao longo da vida do educando.

Todavia, como resultado das políticas neoliberais de 90, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, pela Emenda Constitucional n.º 14/1996, fez a EJA continuar com seu aspecto compensatório de escolarização e não foi contemplada com os recursos desse fundo, sob a justificativa do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que as estatísticas do atendimento da

EJA eram frágeis (OLIVEIRA, 2007). Somente em 2007 a EJA foi incluída no financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação, FUNDEB, pela Emenda Constitucional n.º 53/2006 (BRASIL, 2006).

Na visão de Silva (2017), as políticas públicas ao longo do percurso para a modalidade da EJA são consideradas frágeis na execução do direito, tendo em vista que a história é repleta de ações compensatórias, haja vista as políticas educacionais desse período eram concomitantes às reformas neoliberais, fazendo com que a EJA não fosse incorporada como prioridade para o governo da época.

Em contrapartida, os anos 2000 inauguraram com novas perspectivas educacionais para essa modalidade de ensino, em decorrência do Parecer CNE/CEB de n.º 11/2000, cujo relator foi o conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, aprovado em 10 de maio de 2000. Juntamente com esse parecer, a Resolução CNE/CEB n.º 1/2000 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conforme o relator Cury, esse parecer se dirige aos,

[...] sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semi-presencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja conseqüente. Estas diretrizes compreendem, pois, a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (art.1o, § 1º da LDB). (BRASIL, 2000, p. 4).

Nessa direção, o Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 compreende uma perspectiva educacional que dialoga com a LDB/96 e destaca como importante a necessidade de especificar que o parecer se destina aos sistemas de ensino e seus respectivos responsáveis que estejam ofertando a Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de expedir certificação de conclusão dessa modalidade de ensino. Torna-se obrigatório, para esses estabelecimentos, a formação docente adequada e o cumprimento das diretrizes estabelecidas para a EJA. Porém, conforme o relator, nada impede que essas diretrizes sejam utilizadas como referência pedagógica para as iniciativas autônomas e livres, organizadas pela sociedade civil e manifestações culturais, como prevê a LDB/96, em seu artigo 1º.

Em 2008, o Parecer CNE/CEB n.º 23/2008, da relatora Regina Vinhaes Gracindo, aprovado em 08/10/2008, reavaliou e readequou as normativas definidas no Parecer anterior (CNE/CEB n.º 11/2000) e Resolução CNE/CEB n.º 1/2000: “[...] coube à comissão, primeiramente, identificar as questões que se evidenciavam como passíveis de reorientação e/ou de complementação para fins operacionais, depois de oito anos de sua vigência [...]” (BRASIL, 2008, p.2).

Aliada a esse parecer, foi publicada a Resolução n.º 3/2010, que dita as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, tratando da duração e da idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, da certificação por meio de exames e da orientação para os cursos de EJA desenvolvidos na Educação a Distância (BRASIL, 2010).

Por conseguinte, observando os marcos legais da EJA no Brasil, é possível observar que houve muitos avanços na legislação em relação ao acesso à educação, resultado de uma “[...] luta incansável dos movimentos sociais como, por exemplo, os Fóruns de EJA e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. [...] Castro e Cruz (2023, p. 9). Mediante ambos, o objetivo central da mobilização era unicamente efetivar o direito ao ensino proclamado na Constituição de 1988, buscando políticas públicas que contribuíssem ativamente para uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população.

Essa luta permaneceu e, em 2014, culminou na aprovação do PNE, Lei n.º 13.005/2014, vigente até 2024, resultante das discussões realizadas na Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conae). O PNE determina algumas diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para um prazo de 10 anos. O novo PNE (2024-2034) substituirá o plano vigente e também terá 10 anos de duração para implementação das metas.

Logo, diante de tantos marcos essenciais para a EJA e considerando que as legislações estaduais e municipais necessitam estar alinhadas às diretrizes nacionais, o próximo subtópico aborda as principais resoluções do Estado do Piauí e do município de Piripiri. Essas normativas, baseadas em diretrizes superiores, direcionam a oferta da EJA nessas esferas de governo.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos no Piauí e em Piripiri-PI

No nível estadual e local, as diretrizes seguem as determinações da Constituição Federal de 1988, da LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e das regulamentações do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica.

No Piauí, a Constituição Estadual, promulgada em 1989, garante o direito à EJA em seu artigo 217, onde diz que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre eles, a: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria” (PIAUÍ, 1989, p.221). Esse princípio foi reafirmado pela Emenda Constitucional n.º 41/2013 do referido Estado.

A resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) n.º 061/15 “Estabelece normas e procedimentos para a oferta de cursos da Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Sistema Estadual de Ensino do Piauí” (PIAUÍ, 2015, p.1). Essa resolução dispõe sobre as formas de organização e funcionamento dos cursos, da duração e carga horária dos cursos, bem como a idade mínima para ingresso, das avaliações, da organização curricular e exames supletivos. No artigo 4º, essa resolução organiza os cursos da modalidade EJA no seguinte modo,

I – Presencial, na qual educando e professores estão disponíveis e presentes nos horários e carga horária estabelecidos pelo curso, sendo o professor um elemento fundamental na mediação do processo de aprendizagem, favorecendo uma interação e contatos de maior proximidade; II – Semipresencial, restrito ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio, em que a relação ensino e aprendizagem se efetiva em diferentes espaços pedagógicos, mediados pela educação a distância, com a avaliação no processo e com a utilização das tecnologias da comunicação e informação; III – Educação a Distância - EaD, utilizando ambientes virtuais de aprendizagem, restritos ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio, cujas características devem atender o disposto no art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 03/2010. § 1º - A oferta do primeiro segmento do ensino fundamental será na forma presencial. § 2º - A avaliação da aprendizagem na forma da educação a distância será presencial (PIAUÍ, 2015, p. 1-2).

Assim, os cursos de Educação de Jovens e Adultos podem ocorrer na modalidade presencial, semipresencial e a distância, sempre em concordância com as normativas específicas de cada uma. Na modalidade presencial, a interação entre

o professor e o aluno ocorre de forma mais direta e próxima, tornando-se um meio ideal e a melhor opção para oferta pública do ensino da EJA. Isso se deve ao fato de que os alunos podem apresentar um pouco mais de dificuldade nesta fase, seja em relação ao aprendizado, na locomoção até a escola ou mesmo na concentração durante as aulas, por isso, a mediação presencial de um professor se torna mais eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

No Estado do Piauí, a maioria das pesquisas do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre a Educação Jovens e Adultos se concentra na capital Teresina, o que resulta em poucos materiais disponíveis sobre a EJA nos demais municípios, incluindo o município de Piripiri-PI.

No âmbito municipal, o direito à educação está amparado pela Lei Orgânica do Município de Piripiri-PI - S/N, no artigo 157, que diz: “O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito”; e no artigo 158, que estabelece o: “Ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;” (PIRIPIRI, 2016, p. 63).

Em 2022, um importante projeto de Lei foi aprovado em Piripiri-PI pela então prefeita Jovenília Monteiro, n.º 972/2022, denominado de Programa de Valorização da Educação de Jovens e Adultos - PROVEJA. Nesse sentido, a administração municipal ficou autorizada a conceder bolsas de estudos aos alfabetizando que se enquadram no público alvo dos beneficiários, como descrito no artigo 3º: “[...] estudantes com idade acima de 15 (quinze) anos, matriculados na Rede Municipal de Ensino, em escolas na modalidade EJA da Educação Básica, nos níveis de Ensino Fundamental I e II.” (PIRIPIRI, 2022, p.2). O recurso financeiro destinado aos alunos atendidos pelo programa visa incentivar a matrícula, a permanência e aprovação do estudante.

Gonçalves (2018), investigou os desafios na formação de jovens e adultos em comunidades rurais de Piripiri-PI, e concluiu que os obstáculos nessa modalidade são diversos. Com o seu estudo, ela percebeu que, entre os vários desafios enfrentados pelos alunos, o principal foi a necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho, o que tem causado evasão escolar. Em contrapartida, a principal motivação de retorno dos alunos à modalidade EJA consistia na busca por profissionalização, seja para manter seus empregos ou alcançar melhores condições de vida.

O próximo capítulo aprofunda a temática da EJA em Piripiri–PI, focando na sua relação com o curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri–PI, para analisar as temáticas abordadas pelos discentes deste curso entre o período de 2010 a 2023, destacando as principais contribuições desses estudos para o município e para a comunidade acadêmica.

3 A EJA DENTRO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UESPI CAMPUS DE PIRIPIRI-PI ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2023

Buscando compreender as temáticas que os alunos do curso de Pedagogia da UESPI, em especial do campus de Piripiri-PI, abordaram em seus Trabalhos de Conclusão de Curso sobre a Educação de Jovens e Adultos neste município, este capítulo apresenta uma breve trajetória da implantação dessa graduação na UESPI, campus de Piripiri-PI, bem como a relevância da disciplina de EJA para a comunidade acadêmica, considerando sua presença na grade curricular, a fim de entender a relação com os TCCs produzidos entre os anos de 2010 e 2023.

Inicialmente, é válido destacar o compromisso que a UESPI, campus de Piripiri-PI, assume com “[...] o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural da região onde se insere, o que é ratificado em suas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. [...]” (PPC, 2014, p.3), tendo em vista que ela contribui com a formação de profissionais de nível superior que atendem à demanda não apenas local, mas também de municípios vizinhos, como São José do Divino, Pedro II, Piracuruca, entre outros.

Conforme o PPC de Pedagogia (2014), a Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Antônio Giovani Alves de Sousa, foi inaugurada em 1993, em Piripiri-PI, no mesmo prédio onde anteriormente funcionava uma escola de ensino fundamental. Inicialmente, era um “Núcleo”, mas, no ano de 1997, passou a ser um “Campus”. Em 2004, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no formato atual, foi ofertado pela primeira vez no vestibular, após uma readequação curricular do então curso Normal Superior, como aponta Machado,

[...] o curso de Pedagogia com este novo currículo foi ofertado no campus Professor Antônio Giovane Alves de Sousa em 2004 a partir da adequação curricular do curso de Normal Superior, já que neste momento este curso deixava de ser o local exclusivo de formação de professores para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental assegurando também a Pedagogia este direito. Dessa forma, o movimento de adaptação curricular partiu da própria UESPI, apoiado pelos alunos, professores e coordenadores dos cursos de Normal Superior do Campus de Piripiri-PI mais também dos demais Campus [...] (2017, p. 79).

Diante disso, a readequação do currículo foi um acontecimento significativo para consolidar a identidade do curso, aperfeiçoar a sua prática pedagógica e

ampliar o campo de atuação dos futuros pedagogos. Nesse cenário, o objetivo do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, é formar profissionais para exercer a docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em todo o território nacional. Os egressos devem estar aptos para desenvolver pesquisas que contribuam para o conhecimento didático pedagógico, para atuar na gestão educacional, no trabalho pedagógico e administrativo, no planejamento escolar e não escolar, na execução e avaliação de projetos educativos e de propostas pedagógicas nos sistemas de ensino (PPC, 2014).

Para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, o principal critério posto no PPC é a integralização total do currículo e a colação de grau, com duração mínima de 9 semestres e máxima de 14. Na UESPI, campus de Piripiri-PI, o curso se encontra na seguinte área de formação: Docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão do Trabalho Pedagógico.

Os conteúdos curriculares são ofertados em concordância com as DCNs de Pedagogia, atendendo a todos os requisitos legais para o seu funcionamento. Ao concluir as 3.380h previstas no curso, o pedagogo egresso estará habilitado para atuar na docência da Educação Infantil, das séries iniciais do ensino fundamental e na Gestão Pedagógica.

A presença da disciplina de Educação de Jovens e Adultos no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, desempenha um papel fundamental na formação de profissionais preparados para atuar nas diversas áreas abrangidas pelo curso, com ênfase na EJA. A disciplina fornece uma base essencial aos futuros pedagogos, contudo, uma abordagem mais aprofundada desse tema será apresentada no próximo subtópico deste capítulo.

3.1 A Disciplina de EJA e sua influência nos TCCs do curso de Pedagogia da UESPI de Piripiri-PI

A disciplina de Educação de Jovens e Adultos se destaca na grade curricular do curso de Pedagogia da UESPI, Campus de Piripiri-PI, como uma excelente oportunidade para que os discentes iniciem seu contato com essa temática. Partindo de reflexões fundamentadas em autores essenciais para o entendimento das especificidades dessa modalidade de ensino, a disciplina busca despertar o

interesse dos graduandos para o aprofundamento na área, contribuindo para formação de profissionais capacitados para atuar na EJA.

A princípio, apesar do recorte temporal deste estudo ser entre 2010 e 2023, faz-se necessário a retomada, ainda que breve, do início da trajetória da disciplina de EJA no curso de Pedagogia. Em 2004, com a readequação do currículo do Normal Superior para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a disciplina começou a ser ofertada no bloco³ VIII da grade curricular, com a carga horária de 60h, como indica o fluxograma abaixo.

Fluxograma I - Licenciatura Plena em Pedagogia - vigorou a partir de 2004.1

Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco IV	Bloco V	Bloco VI	Bloco VII	Bloco VIII	Bloco IX
Semin. de introd. à Pedagogia 15h	Hist. da Educação 60h	Educ. e Mov. Sociais 60h	Polít. Educ. e Organ. da educ. básica 60h	Pol. públicas e financ. da Educação 60h	Líng.Port uguesa: Cont. e Metod. 75h	Prát. em Educ. Infantil 200h	Prát.em Ensino Fundame ntal 120h	Prática em Gestão Escolar 200h
Fund. éticos da Educação 30h	Educ. e Multimeios 60h	Didática 75h	Hist. Social da Criança 45h	Geografia: Cont. e Metodologia 75h	Mat: Cont. e Metodolo gia 75h	Ciên. da Nat: Cont. e Met. 75h	Gest. dos proc. Educ II 90h	Prát. e Pesquisa Educ. V - Red. Def. TCC 200h
Sociologia da Educação I 60h	Sociologia da Educação II 60h	História da Educ Brasileira 60h	Curr. da Educação Infantil I 60h	História: Cont. e Metod. 75h	Psicoped agogia 60h	Gestão dos processo s educ. I 60h	Prática e Pesquisa Educ. IV Red.TCC 90h	
Fund. Epist. da Pedagogia 30h	Psicologia da Educação II 60h	Prática e Pesquisa Educ. I - 60h	Alfabetizaç ão 90h	Prática e Pesquisa Educacional II 60h	Lúdico e Educação 45h	Prát. e Pesquisa Educ. III 60h	Educaçã o de Jovens e Adultos 60h	
Psic. da Educação I - 60h	Fund. Antrop. da Educ 60h	Educ e saúde 60h	Prát. pedagógic a I - 60h	Curr. Educação Infantil II 60h	Prática Pedagógi ca II 60h			
Met. do Trabalho Científico 60h	Filos. da Educação II 60h	Teorias do Curríc. 60h	Literat. infanto-juv enil 60h	Arte e Educação 45h	Fund. da Educ. Especial 60h			
Filos. da Educação I - 60h					Corpo e Educ. 30h			
315	360	375	375	375	405	395	440	400
Carga horária: 3.440 H/A Tempo mínimo de Integralização: 4 anos e 6 meses								

³ Blocos ou Períodos são termos sinônimos e correspondem a um (1) semestre do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Píripíri-PI

Ativ. Independentes: 200 H/A

Total: 3.635 H/A (com aulas aos sábados a partir do 2º bloco)

Fonte: Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, 2014.

A partir de 2010, tem início o recorte temporal adotado neste estudo, ano que também marcou a reformulação do PPC do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI. Embora não tenha tido grandes mudanças, uma disciplina muito relevante foi acrescentada à grade curricular, a de Libras. Esse acréscimo, passou a complementar a formação do pedagogo na instituição, ampliando o conhecimento sobre a comunidade surda e a Língua Brasileira de Sinais. Por sua vez, a disciplina de EJA, permaneceu sendo ofertada no bloco VIII, com a mesma carga horária de 60h, conforme o fluxograma abaixo.

Fluxograma II - Licenciatura Plena em Pedagogia - vigorou a partir de 2010.1

Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco IV	Bloco V	Bloco VI	Bloco VII	Bloco VIII	Bloco IX
Semin. de introd. à Pedagogia 15h	Fundamentos epist. da Pedagogia 45 h	Educ. e Mov. Sociais 60h	Polít. Educ. e Organ. da educ. básica 60h	Pol. públicas e financ. da Educação 60h	Líng. Portuguesa: Cont. e Metod. 75h	Prát. pedagógica a superv. na educ infantil 200h	Prát. pedagógica a sup. no ens. fundamental 200h	Prát pedagógica sup. em Gestão Esc. 200h
Fund. éticos da Educação 30h	Hist. da educ Brasileira 60h	Didática 75h	Hist. Soc. da Criança 45h	Geografia: Cont. e Metod. 75h	Mat: Cont. e Metod. 75h	Ciê. da Nat: Cont. Met. 75h	Gest. dos procEduc II 90h	Prát. e Pesquisa Educ. V - Red. Def. Tcc 135h
Sociologia da Educação I 60h	Sociologia da Educação II 60h	Educação e multimeios 45h	Educação Infantil 60h	História: Cont. e Metod. 75h	Psicopedagogia 60h	Gestão dos processos educ. I 60h	Prática e Pesquisa Educ. IV Red. TCC 75h	Libras 60h
Hist. da educação 60h	Psicologia da Educação II 60h	Prática e Pesquisa Educ. I - 60h	Alfabetização 90h	Prática e Pesquisa Educac. II 60h	Lúdico e Educação 45h	Prát. e Pesquisa Educ. III 60h	Educação de Jovens e Adultos 60h	
Psic. da Educação I - 60h	Fund. Antrop. da Educ 60h	Disciplina optativa 45h	Prát. pedagógica I - 45h	Curr. Educação Infantil 60h	Prática Pedagógica II 45h	Fund. da Educ Especial 60h		
Met. do Trabalho Científ. 60h	Filos. da Educação II 60h	Teorias do Curríc. 60h	Literat. infanto-juvenil 60h	Arte e Educação 45h	Aval. da aprendizagem em 60h			
Filos. da Educ I - 60h					Corpo e Educ. 30h			
345	345	375	360	375	390	455	425	395

Em 2014, o PPC foi novamente reformulado e, dessa vez, uma alteração significativa ocorreu em sua grade curricular. A disciplina de Educação de Jovens e Adultos manteve a carga horária, mas foi antecipada para o bloco IV, como se pode observar no fluxograma abaixo.

Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco IV	Bloco V	Bloco VI	Bloco VII	Bloco VIII	Bloco IX
Leitura e produção de texto 60h	Fund. Epist. da Pedagogia 30 h	Educ. e Mov. Sociais 60h	Teorias de currículo 60h	Pol. públicas e financ. da Educ 60h	Líng.Portu guesa: Cont. e Metod. 60h + 15h	Estágio curricular sup. na educ inf. 150h	Estágio Curricular sup. ens fund 150h	Estágio Curricular sup. em gestão 150h
Sociologia da Educação I 60h	Hist. da educ Brasileira 60h	Didática 60h + 15h	Hist. Soc.da Criança 30h	Geografia: Cont. e Metod. 60h + 15h	Mat: Cont. e Metod. 60h + 15h	Ciên. da Nat:Cont. Met. 60h + 15h	Gestão dos processos edu II 60H	Prática e pesquisa edu III 90h
História da Educação 60h	Sociologia da Educação II 60h	Educação e as TIC's 60h	Educação Infantil 60h	História: Cont. e Metod. 60h + 15h	Literatura infanto-juvenil 60h	Gestão dos proc. educ. I 60h	Prática e pesquisa edu II 90h	Libras 60h
Psicologia da Educ. I 60h	Psicologia da Educação II 60h	História e Cult. Afrobrasileira 60h	Alfabetização 60h + 15h	Prát em esp.não escolares 60h	Fund. d a educ especial 60h	Prát. e Pesquisa Educ. I 60h	Disciplina optativa	
Metod. do trab. científico 60h	Fund. Antrop. da Educ 60h	Lúdico e educ 60h	Prát. em espaços escolares 60h	Currículo da educ infantil 60h + 15h	Avaliação da aprendizagem em 60h			
Filos. da Educação I - 60h	Filos. da Educação II 60h	Pol. educ e organ. da ed. bás. 60h	Educação de Jovens e Adultos 60h	Arte e educação 30h	Corpo e educação 30h			
	Educ. e ética 30h							
360	360	375	345	375	360	345	360	300 + 200

Carga horária: 3380 h/a: com aulas aos sábados
tempo mínimo de integralização: 4 anos e seis meses
Disciplinas optativas: Inglês instrumental, educação do campo, educação ambiental, cultura brasileira, pedagogia de Paulo Freire, Sociedade e trabalho.
Carga horária complementar: 200h (AACC's)

Fonte: Projeto pedagógico do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, 2014.

Analisando os fluxogramas apresentados, pode-se afirmar ⁴que a antecipação da disciplina de EJA, do 8º para o 4º bloco, se deu de forma estratégica. Posicioná-la logo no início do curso reforça sua importância no currículo, como componente curricular fundamental para sensibilizar precocemente os discentes e contribuir para que o apreço pela temática se fortaleça ao longo da graduação. Essa mudança favorece a ampliação das pesquisas sobre a EJA, influenciando, inclusive, os TCCs.

Além disso, ofertar a disciplina nos períodos iniciais serve como base indispensável para que o conteúdo das demais, principalmente as didáticas e metodológicas, seja relacionado à EJA. Esse vínculo, contribui para uma maior compreensão e desejo por atuar nessa modalidade, dado o tempo disponível que os discentes terão ao longo da graduação para aprofundar seus conhecimentos. Ademais, a antecipação possibilita a realização de estágios nessa área, uma vez que os alunos podem optar por estagiar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da EJA, como também na gestão escolar.

Assim, a disciplina, com todo o seu aparato teórico, fornece uma série de conhecimentos e discussões importantes para a formação dos acadêmicos de Pedagogia, os quais serão fundamentais para sua futura prática docente na sala de aula da EJA e nas demais modalidades de ensino em que o pedagogo é habilitado para atuar. Dessa maneira, no próximo subtópico, será analisado como os conteúdos e autores estudados na disciplina de EJA influenciaram nas temáticas e na quantidade TCCs realizados pelos discentes do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, entre os anos de 2010 a 2023.

3.1.1 Ementa da EJA

A abordagem da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, nos anos de 2010 e 2014, possuía o mesmo objetivo de compreender as políticas e práticas da

⁴ No decorrer desta pesquisa, não foi possível obter acesso a possíveis documentos que explicassem a antecipação da disciplina de EJA.

EJA no Brasil, discutindo a problemática histórica, social e ideológica do analfabetismo no Brasil (PPC, 2014). Apesar de terem o mesmo objetivo, analisamos a possibilidade de possíveis semelhanças ou diferenças entre elas.

Conforme o conteúdo programático, ambas sugerem o estudo da visão histórica, social e ideológica do analfabetismo no Brasil, assim como dos princípios legais e pedagógicos das práticas formais e não formais para a EJA. No entanto, ao passo em que a ementa da disciplina EJA do currículo de 2010 focou nas contribuições específicas de Paulo Freire, Emília Ferreira e Álvaro Pinto como conteúdo obrigatório, a ementa presente no currículo de 2014/2015 abordou de forma mais geral os fundamentos teóricos metodológicos para a EJA, acrescentando o estudo das políticas públicas para sua efetivação.

Em relação à parte prática, a ementa de 2010 não faz menção a atividades práticas, já a ementa de 2015 especifica que o cenário de aprendizagem para desenvolver as competências da disciplina se dará na sala de aula e em escolas que ofertam a EJA na rede pública. Visto isso, é possível observar que a ementa de 2014/2015 abre espaço para atividades práticas, provavelmente explicando a troca de autores na bibliografia base e as alterações significativas na bibliografia complementar.

Observamos que, na bibliografia básica, Brandão foi substituído por Gadotti. Essa mudança pode ser devido ao fato da ementa de 2014/2015 ter se tornado mais centrada no estudo da EJA e voltada à realização de práticas, o que fez com que Brandão que tratava sobre o método de Paulo Freire na ementa de 2010, foi trocado por Gadotti, que trata sobre a EJA nos aspectos teóricos e práticos, colaborando certamente para a realização das aulas práticas. Freire, com a obra *Pedagogia do Oprimido*, e Paiva, com o livro *Educação de Jovens e Adultos*, foram mantidos.

Outrossim, como o foco da ementa de 2014/2015 não era mais estudar as contribuições específicas de Freire, Pinto e Ferreira, a bibliografia complementar foi reduzida e modificada. Uma obra de Ferreira e três de Freire foram retiradas, sendo mantida, em relação a Freire, apenas *Pedagogia do Oprimido* na bibliografia básica do PPC do curso.

Masagão, Founi, Ferreira não aparecem como referência no ementário da disciplina no PPC de 2014/2015, sendo mantido o autor Pinto e acrescentado outros, como Barcelos e Soares, resultando em uma ementa mais completa e objetiva,

permitindo tanto aos docentes como aos discentes relacionarem teoria e prática dentro da disciplina, sem deixar de buscar boas contribuições nos autores escolhidos.

Quadro I - Diferença entre as ementas de 2010 e 2014/2015

Diferença entre as ementas	
2010	2014/2015
Foco em Paulo Freire, Emília Ferreiro e Álvaro Pinto	Aborda os teóricos de forma geral
Completamente teórica	Incentiva a teoria aliada à prática
Brandão: Método Paulo Freire	Gadotti: EJA, aspectos teóricos e práticos
4 obras de Paulo Freire	Apenas 1 obra de Paulo Freire

Fonte: Autoria própria, 2025.

3.1.2 Presença curricular da disciplina de EJA ao longo dos anos

Como mencionado anteriormente, o curso de Pedagogia na UESPI, Campus de Piri-piri-PI, passou por três reformulações de currículos desde o seu início como licenciatura, sendo eles, o Currículo 01 (2004), o Currículo 14 (2010) e o Currículo 22 (vigente de 2014/2015 a 2023).

Conforme o quadro II, verifica-se que, entre os anos de 2010 (ainda sob vigência do Currículo 01) e 2013, foram ofertadas três disciplinas relacionadas à EJA. Contudo, essas ofertas correspondiam a turmas remanescentes do currículo implantado em 2004⁵. Já entre 2014 e 2017, houve cinco ofertas desta disciplina, agora vinculadas ao Currículo 14, vigente desde 2010.

O quadro II também mostra que, em 2015, ocorreu a primeira oferta da disciplina sob o Currículo 22, implantado a partir de 2014. Neste novo currículo, a disciplina de EJA foi alocada no bloco IV, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro II - Oferta da disciplina de EJA por períodos e currículos

Bloco de oferta da disciplina de Educação de Jovens e Adultos em cada currículo
--

⁵ Analisou-se a quantidade de oferta das turmas do currículo 01 devido o recorte da pesquisa está centrado nos anos de 2010 a 2023.

Período/Currículo	01	14	22
2010.1			
2010.2	Educação de jovens e adultos (bloco 8)		
2011.1			
2011.2	Educação de jovens e adultos (bloco 8)		
2012.1			
2012.2			
2013.1	Educação de jovens e adultos (bloco 8)		
2013.2			
2014.1			
2014.2		Educação de jovens e adultos (bloco 8)	
2015.1			
2015.2		Educação de jovens e adultos (bloco 8)	Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2016.1		Educação de jovens e adultos (bloco 8)	
2016.2		Educação de jovens e adultos (bloco 8)	
2017.1		Educação de jovens e adultos (bloco 8)	
2017.2			
2018.1			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2018.2			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2019.1			
2019.2			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2020.1			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2020.2			Educação de jovens e adultos (bloco 4)

2021.1			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2022.2			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2022.3			
2023.1			Educação de jovens e adultos (bloco 4)
2023.2			

Fonte: Quadro elaborado pelo Controle Acadêmico da UESPI de Piripiri-PI, 2025.

Dessa forma, sob a vigência do Currículo 22, somam-se nove ofertas da disciplina de EJA. Porém, como será apresentado no quadro III, o fato de a disciplina ocorrer no bloco 4 não significou, necessariamente, um aumento de pesquisas, dentro do curso de Pedagogia, sobre a temática da EJA. Essa realidade aponta para lacunas ainda existentes em relação ao estudo da Educação de Jovens e Adultos, no município de Piripiri-PI, que precisa ser melhor investigada, não apenas pelos discentes deste campus, mas também por estudantes de outras instituições.

3.1.3 Análise das monografias sobre a EJA

O curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, contém em sua grade curricular disciplinas importantíssimas para a formação do pedagogo e, dentre elas, destacam-se as disciplinas de Prática e Pesquisa Educacional, cujo objetivo é “[...] sintetizar e propiciar a prática da pesquisa ao longo do curso, oportunizando a elaboração de um projeto de pesquisa que culmina com a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. [...]” (UESPI, 2015, p.24). Nesse processo, o discente escolhe um tema que percorre diversas etapas da pesquisa acadêmica, até chegar aos resultados que respondem a sua inquietação inicial e aos seus objetivos previamente definidos.

Visto isso, analisamos as diferenças na oferta dessas disciplinas nos currículos 14 (2010) e 22 (2014/2015). No Currículo 14, vigente a partir de 2010, como apresentado no fluxograma II, eram ofertadas aos alunos cinco disciplinas de Prática e Pesquisa Educacional. No 3º, 5º e 7º blocos, cada disciplina possuía 60 horas para construção do projeto de pesquisa, já no 8º bloco, a carga horária

aumentou para 75 horas, destinadas à redação do trabalho, e, no 9º bloco, a disciplina contava com 135 horas, designadas à finalização da redação e à defesa do TCC.

Assim, o aluno ingressante no curso tinha seu primeiro contato com a pesquisa ainda no 3º bloco, ou seja, muito antes de cursar disciplinas fundamentais da Pedagogia, como Alfabetização, Educação Infantil, História social da criança, Lúdico e Educação, além de disciplinas metodológicas e, sobretudo, a disciplina de Educação de Jovens e Adultos, ofertada apenas no 8º bloco.

Além disso, as disciplinas I, II e III de Pesquisa eram intercaladas pelos 4º e 6º blocos, nos quais não era ofertada nenhuma disciplina de Pesquisa. Esse espaçamento fazia, possivelmente, com que o aluno alterasse seu tema de TCC várias vezes, devido ao longo intervalo até a defesa, tendo em vista que, a cada bloco, novos conteúdos eram estudados, despertando nele novos olhares.

A análise da grade curricular de 2010 (Currículo 14), nos leva a pensar: será que um aluno cursando o 3º período teria amadurecimento acadêmico suficiente para definir seu tema de TCC com base em fundamentos sólidos da Pedagogia? E mais: será que iniciando seu projeto no 3º período teria influência da disciplina de EJA para definir seu tema, sem sequer ter tido contato com ela? São questionamentos pertinentes que, hipoteticamente, podem ter influenciado a decisão da instituição de ofertar as disciplinas de Pesquisa apenas a partir do 7º bloco, como evidenciado no fluxograma III do currículo vigente a partir de 2014.

Em comparação com o Currículo 14 (2010), o Currículo 22 (2014/2015), apresenta uma abordagem mais organizada e coerente em relação à disciplina de Pesquisa Educacional. Enquanto o Currículo 14 ofertava cinco disciplinas com carga horária progressiva, o Currículo 22 concentra o ensino de pesquisa nos últimos blocos do curso, permitindo que os alunos adquiram uma base teórica sólida antes de iniciarem o TCC.

No currículo 22, os alunos iniciam o contato com a disciplina de Pesquisa Educacional no 7º bloco, recebendo orientações necessárias para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. No 8º bloco, a disciplina é dedicada à redação da monografia, supervisionada por um orientador. Ao final da produção, no 9º bloco, ocorre a apresentação e defesa do TCC perante uma banca formada pelo orientador e dois docentes. Essa etapa é muito importante para avaliação do

desempenho do aluno e é uma exigência da instituição, estabelecida pelo Colegiado do curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI.

Essa reorganização curricular permite o início do desenvolvimento do TCC no 7º bloco, após os alunos terem cursado as disciplinas essenciais do curso, conferindo-lhe mais autonomia na escolha do tema. Como no Currículo 22, a disciplina de EJA é ofertada no 4º período, isso possibilita que os discentes considerem a EJA como tema de pesquisa desde as fases iniciais do curso. No entanto, essa modificação ainda não refletiu significativamente na quantidade de trabalhos, como mostrado mais adiante, no quadro IV.

No quadro III, logo abaixo, são apresentadas as sete monografias produzidas por discentes de Pedagogia, do campus de Piripiri-PI, que abordaram a temática da EJA no município, no período de 2010 a 2023. Vale ressaltar que apenas os trabalhos voltados para a EJA em Piripiri-PI foram considerados, pois atendem aos objetivos deste estudo.

Quadro III - Monografias sobre a EJA em Piripiri-PI (2010 a 2023)

TCC's realizados pelos discentes do curso de Pedagogia sobre a EJA em Piripiri-PI			
Categorias	Ano	Título	Autores
Desafios enfrentados	2013	Os problemas na Educação de Jovens e Adultos na Zona Urbana do município de Piripiri na visão dos professores	LIMA, Rafael Rubens da Silva
Desafios enfrentados	2016	Evasão no espaço escolar: desafios vivenciados na Educação de Jovens e Adultos no município de Piripiri/PI	SILVA, Maria do Socorro da Conceição Medeiros
Formação docente	2016	Educação de Jovens e Adultos: até onde o curso de Pedagogia nos prepara para esse desafio?	SILVA, Elaine Cândida Carvalho
Desafios enfrentados	2017	Educação de Jovens e Adultos: os desafios vivenciados pelos alunos e educadores no programa Brasil Alfabetizado na cidade de Piripiri	OLIVEIRA, Juliete Mayra de Carvalho
Afetividade	2017	Afetividade na relação professor-aluno: um estudo na Educação de Jovens e Adultos	SILVA, Janaína da
Desafios enfrentados	2018	Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: uma investigação nas comunidades da Zona Rural de	GONÇALVES, Maria Regina

		Piripiri-PI	da Silva
Formação de mulheres	2021	Mulheres e Educação de Jovens e Adultos: uma análise do percurso formativo de mulheres fora da idade na cidade de Piripiri-PI	OLIVEIRA, Ana Letícia de Melo

Fonte: Autoria própria, 2025.

Observando o quadro acima, é possível notar algumas semelhanças entre as monografias. Todas apresentam o termo Educação de Jovens e Adultos (EJA) em seus títulos, porém, apesar das afinidades, os estudos buscaram investigar várias facetas da EJA em Piripiri-PI, tanto na zona urbana quanto rural, abordando temas como a evasão escolar, a formação docente, o processo formativo de mulheres, entre outros.

Essa diversidade de enfoques aponta para um panorama mais amplo da EJA no município, contribuindo para a compreensão da complexidade da temática, o possibilita intervenções mais eficazes. No entanto, mesmo com essa variedade, temas atuais como o uso de tecnologias e metodologias ativas ainda não foram explorados no recorte analisado, o que representa uma oportunidade para futuras pesquisas, no que diz respeito às inovações tecnológicas aplicadas à EJA.

Outro ponto a destacar é a presença da palavra “desafios” em mais de um título. Em 2016, o termo aparece em dois trabalhos. Em 2017, surge novamente em uma monografia sobre o Programa Brasil Alfabetizado e, em 2018, nos desafios da EJA na Zona Rural. Já em 2013, aparece a palavra “problemas” no título, indicando, da mesma forma, um desafio a ser superado.

Essa recorrência do termo “desafios” evidencia a persistência de inúmeras dificuldades e problemas ainda enfrentados pela EJA, e são reflexos de um descaso histórico para com a Educação de Jovens e Adultos, e sobremaneira, do efeito reparação de danos como pontuado por Cury (2000). A análise das monografias revela que esses problemas e desafios se repetem ao longo dos anos, o que traduz não apenas uma continuidade, mas um possível agravamento desses fatores no contexto local.

Além desses aspectos, analisamos conjuntamente outros aspectos tratados nas monografias, e serão discutidos nos próximos subtópicos, como as abordagens

escolhidas pelos discentes, suas motivações e influências dos autores da disciplina, e as contribuições e resultados obtidos nos TCC's.

3.1.4 Abordagens, motivações e influências

Na análise dos trabalhos monográficos quanto às *abordagens*, observamos que uma das pesquisas realizadas por alunos do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, focou nos problemas enfrentados pela EJA, investigando essa realidade na perspectiva dos professores. Outro tema trabalhado pelos discentes tratou da complexidade do cotidiano, observando os desafios da modalidade e como eles influenciam no processo de evasão escolar.

Nessa mesma categoria dos *desafios*, dois estudos se destacaram: um investigou os desafios enfrentados no âmbito de um programa governamental, ou seja, em uma política educacional do governo voltada à EJA, e o outro analisou os desafios enfrentados por professores que atuam na zona rural do município.

Outra pesquisa, dentro do recorte temporal deste trabalho (2010 a 2023), teve como objetivo compreender, sob a ótica dos licenciandos e professores da EJA, como o curso de Pedagogia os prepara para atuar nessa modalidade, buscando identificar se a formação recebida os torna aptos a desenvolver uma prática pedagógica adequada

Destacamos ainda, entre as abordagens escolhidas pelos discentes, uma pesquisa sobre a relevância do vínculo afetivo no ensino da EJA, para sensibilizar professores e alunos. Os principais questionamentos giraram em torno de como a relação afetiva entre professor e aluno favorece a formação do indivíduo em uma perspectiva de desenvolvimento contínuo e construção de conhecimento, além de verificar se os métodos adotados pelos professores da EJA favorecem uma relação afetiva entre educador e educando.

Outra temática relevante investigada pelos discentes do curso de Pedagogia foi o percurso formativo das mulheres estudantes da EJA para concluírem a educação básica, através de suas trajetórias escolares e de seus perfis, tinha a finalidade de compreender a condição da mulher na sociedade abrangendo questões como lutas feministas, trabalho e escolaridade, focando nesta última para condução de seu trabalho.

Ao analisar os TCCs do campus de Piripiri-PI, verificamos que as abordagens adotadas pelos estudantes são bem diversificadas e representam lacunas nas pesquisas realizadas no Piauí, em especial, em Piripiri-PI.

Durante a análise, também buscamos compreender as principais *motivações* que levaram os discentes do curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, a pesquisarem sobre os temas identificados neste estudo. Foi possível observar a frequência com que a disciplina de EJA, ofertada ao longo do curso, serviu de incentivo para os alunos produzirem seus trabalhos de conclusão, além de identificar as demais motivações.

Quadro IV - Motivações e quantidade de trabalhos realizados pelos discentes

Motivações X Quantidade de trabalhos realizados	
Motivações dos discentes	Quantidade de trabalhos
Disciplina da EJA	3
Oficina sobre a EJA	1
Experiência vivida como aluna da EJA	1
Conversa com profissionais da EJA	1
Aprofundamento da temática da EJA	1

Fonte: Autoria própria, 2025.

Nessa perspectiva, ao observar o quadro acima, percebemos que a oferta da disciplina de EJA no curso de Pedagogia, no campus de Piripiri-PI, foi fundamental para estimular os alunos a pesquisarem sobre essa temática. Um número considerável de três monografias foram influenciadas diretamente pelas discussões da disciplina.

Uma das discentes, única no recorte analisado que cursou a disciplina no 4º bloco, destacou que uma observação em sala de aula de EJA de uma escola municipal, proporcionada pela disciplina, foi o principal motivo para a realização da sua pesquisa. Esse fato reflete o compromisso da ementa vigente desde 2014/2015, com a possibilidade de práticas aliadas à teoria, possibilitando melhor conhecimento do contexto da EJA.

Outros quatro trabalhos foram motivados pelo contato com a realidade da EJA e pelo desejo de aprofundar a temática. Diante disso, é relevante destacar a importância das atividades práticas em disciplinas como a EJA, para proporcionar conhecimento do futuro campo de atuação do pedagogo e enriquecer sua formação. Percebeu-se que a aproximação dos discentes com a EJA, possibilitou ampliar as discussões e aprofundar o conhecimento sobre esta modalidade de ensino.

Nas análises, também foi possível perceber que esses trabalhos tiveram uma forte *influência* de Paulo Freire (2011)⁶, citado em 5 trabalhos e presente nas ementas de 2010 e 2014/2015. Outro autor que aparece bastante nas monografias é Gadotti (2011), também em 5 trabalhos. Todavia, ele não faz parte da ementa de 2010 e aparece somente na ementa 2014/2015. Curiosamente, a monografia da única discente vinculada ao Currículo 22, não cita Gadotti, o que sugere que sua presença nas demais monografias não veio pela ementa. Ademais, outros autores recorrentes, mas ausentes das ementas, foram Haddad e Di Pierro (2000), além Jardimino e Araujo (2014).

Em relação ao conteúdo da ementa da disciplina de EJA, que trata sobre o histórico, os princípios legais e fundamentos teóricos, foi possível observar que em todas as monografias, essa base esteve presente. Logo, pressupõe-se que a teoria da disciplina foi recorrida pelos discentes no momento de escrita. Diante do exposto, os resultados e contribuições dos estudos realizados pelos discentes no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, foram abordados no próximo subtópico.

3.2 Resultados e contribuições das pesquisas sobre a EJA: o que dizem os TCCs da UESPI de Piripiri-PI.

Este subtópico teve como objetivo analisar como os discentes da UESPI, campus de Piripiri-PI, conduziram suas pesquisas sobre a EJA em termos metodológicos, destacando os principais resultados e contribuições dessas investigações.

Iniciando pelos *desafios enfrentados/problemas*, categoria em que teve maior quantidade de trabalhos, os discentes realizaram pesquisa bibliográfica para embasar seus estudos e utilizaram como técnica de pesquisa a entrevista e o

⁶ Outras obras desses autores, com anos diferentes, foram citadas também.

questionário, segundo o perfil dos entrevistados, que variaram entre professores, alunos e gestores.

Diante disso, nessa categoria, todos os *resultados* dialogam entre si, ocasionando, inevitavelmente, a evasão escolar. Entre as causas mais citadas estão a desmotivação dos alunos, salas multisseriadas, gravidez, doença, falta de formação continuada para os professores, inadequação de material didático e, principalmente, o trabalho.

Analisando essas dificuldades, foi possível verificar que, na zona rural, o maior desafio enfrentado pelos estudantes é a inserção precoce no mercado de trabalho. Por outro lado, o retorno à sala de aula, muitas vezes, ocorre por necessidade de profissionalização (GONÇALVES, 2018).⁷ Embora o trabalho tenha sido o fator mais citado como desafio nas monografias, uma das autoras obteve um resultado diferenciado em sua pesquisa, realizada no contexto urbano, o que não descarta sua ocorrência na zona rural. Nessa investigação, os problemas de saúde dos alunos ou de seus familiares se destacaram como principais desafios à permanência na EJA, se constituindo como um achado surpreendente. A autora afirma,

Percebe-se que a maioria dos alunos desistentes alegam ter desistido devido a problemas de saúde deles ou de algum membro da família, algo surpreendente na referida pesquisa, pois os autores citados não apontaram esse fator no decorrer da pesquisa. (SILVA, 2016, p. 50)

Nesse sentido, foi possível constatar que as especificidades do público da EJA são diferentes das demais modalidades da educação básica, tendo em vista que as responsabilidades assumidas, seja por escolha do aluno ou por necessidade, impactam de diversas formas não somente a vida dos alunos, mas também o ambiente escolar. Assim, os resultados das monografias apontam para a necessidade de mais programas de formação continuada e ações integradas entre escola e a comunidade, a fim de evitar que essas dificuldades resultem, constantemente, na evasão escolar.

⁷ As monografias citadas aqui são de consulta pública e estão arquivadas na biblioteca da UESPI de Piripiri-PI, por esse motivo em alguns momentos citamos os sobrenomes de seus autores e as devidas referências estão na seção relacionada a elas.

Em relação à monografia que trata sobre o processo formativo de mulheres, a metodologia utilizada foi a entrevista narrativa. Esse tipo de abordagem permitiu que as participantes ficassem à vontade para compartilhar suas memórias e trajetórias estudantis. A discente concluiu que os principais fatores que impediram essas mulheres de concluir a educação básica foram a gravidez e o casamento precoce. No entanto, o reconhecimento da importância dos estudos e a vontade de motivar seus filhos, fez com que elas retornassem à sala de aula. Acerca disso, a autora reforça a relevância da formação continuada, afirmando,

[...] É fundamental que estes profissionais tenham afinidade com o público, pois como foi mencionado, o aluno da EJA traz consigo uma rica bagagem de experiências, bem como dificuldades a serem trabalhadas e solucionadas, realizando assim, uma prática com o objetivo de proporcionar ao aluno conhecimento em abundância. (OLIVEIRA, 2021, p. 49).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a formação continuada é importante, mas, acima de tudo, uma boa base inicial faz toda a diferença. Por isso, uma das discentes buscou investigar como ocorre a formação dos pedagogos no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, entrevistando licenciandos do referido curso e professores que já atuam na EJA no município de Batalha-PI.⁸ Em seus resultados, a autora destacou que a necessidade de uma formação inicial que complemente teoria e prática voltadas à EJA, possibilitando que ao licenciando maior contato com o campo de atuação, além de formação continuada para os profissionais que já atuam na área (SILVA, 2016).

No campo da afetividade, um dos trabalhos buscou sensibilizar professores e alunos quanto à importância do vínculo afetivo para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Por meio de oficinas pedagógicas, a autora chegou à conclusão de que a afetividade, além de mediar o aprendizado, fortalece os laços de amizade e desperta sentimentos como respeito, confiança, generosidade e carinho.

Em síntese, todas as monografias evidenciaram os desafios que permeiam a EJA, sendo necessário fortalecer tanto a formação inicial quanto a continuada dos

⁸ Esta monografia foi escolhida para integrar esta análise por abordar a formação ofertada aos discentes do Curso de Pedagogia na UESPI, Campus de Piripiri-PI, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação entre essa formação e a atuação de professores em um município vizinho. Isso reforça o compromisso da UESPI em preparar profissionais para atender não apenas Piripiri-PI, mas também cidades da região, como Batalha-PI, que não possui um campus da UESPI e nem outra instituição pública de ensino superior.

docentes, bem como desenvolver ações que minimizem os fatores responsáveis pela evasão escolar, promovendo maior eficácia no ensino destinado a jovens e adultos. Os estudos aqui apresentados contribuem para uma compreensão mais ampla dos desafios da EJA e dos caminhos possíveis para superá-los, oferecendo, ainda, suporte para futuras pesquisas e intervenções voltadas à resolução dos problemas enfrentados nessa modalidade de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é destinada aos alunos que não tiveram ou não concluíram o ensino fundamental e médio na idade correta. Visto isso, aliada a uma motivação pessoal e a partir das discussões da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, cursada no 4º bloco, surgiu o interesse em pesquisar sobre quais temáticas os alunos do curso de pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, abordaram nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) sobre a EJA neste município.

Nesse sentido, o presente estudo se baseou nos seguintes questionamentos: em que período a disciplina de EJA foi ofertada aos discentes no curso de Pedagogia da UESPI, campus de Piripiri-PI, entre os anos de 2010 e 2023? Como ela foi abordada nos projetos pedagógicos deste curso? Quantos TCCs sobre a EJA no município de Piripiri-PI foram realizados nesse período? Como os conteúdos e autores trabalhados em sala de aula influenciaram as temáticas estudadas pelos discentes? Quais foram os resultados encontrados pelos alunos do referido curso e campus em suas pesquisas?

Para responder a essas questões, e diante dos objetivos previamente estabelecidos, foi inicialmente realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos e, em seguida, uma análise com base nas monografias digitalizadas na biblioteca do campus, nos ementários e nos Projetos Pedagógicos do Curso, solicitados à coordenação, referentes ao período de 2010 a 2023.

Após a apresentação do contexto histórico, dos marcos legais e da EJA em nível estadual e local, a análise dos PPCs do curso mostrou que a disciplina de EJA foi ofertada no 8º período do Currículo 14 (2010) e no 4º período do currículo 22 (2014/2015). Nas análises desses documentos, percebeu-se que, no segundo currículo, a disciplina de EJA foi ofertada nos blocos iniciais do curso de Pedagogia, no campus de Piripiri-PI, proporcionando aos discentes um contato mais cedo com a temática aqui estudada.

Outra análise, realizada no fluxograma II de 2010, diz respeito às disciplinas de pesquisa, que eram cinco e foram reduzidas para três no Currículo 22, com início no 7º bloco. Essa mudança possibilitou um maior amadurecimento teórico por parte

dos alunos do curso de Pedagogia desta IES, uma vez que, no currículo do 14, os discentes do 3º período dificilmente estavam prontos para iniciar o projeto do seu TCC, já que eles ainda não haviam cursado várias disciplinas fundamentais da Pedagogia.

Além disso, como a disciplina de EJA, no PPC de 2010, só foi ofertada no 8º período, provavelmente ela não foi a única responsável por influenciar as monografias sobre EJA produzidas sob o currículo 14, considerando que esses licenciandos iniciaram seu projeto no 3º período. Mas, caso tenha sido, é possível que o aluno tenha deixado para definir seu tema no final do seu curso, o que não é improvável, dado que ele pode ter mudado de ideia inúmeras vezes desde o primeiro esboço do projeto.

Já no Currículo 22, a antecipação da disciplina de EJA para o 4º bloco e a mudança das disciplinas de pesquisa para os três últimos semestres, foram decisões bem planejadas, porém, observamos que isso não significou um aumento das pesquisas no curso de Pedagogia sobre a temática da EJA, o que nos leva a concluir que ainda existem a serem investigadas sobre essa modalidade no município de Piripiri-PI.

Quanto à sua abordagem, na ementa de 2010, a disciplina foi bastante teórica, focando em estudar especificamente as contribuições de Paulo Freire, Emília Ferreiro e Álvaro Pinto. Já na ementa de 2014/2015, a disciplina apresentou os teóricos de forma mais geral, otimizou a bibliografia e abriu espaço para a integração entre teoria e prática.

Em relação aos conteúdos estudados na disciplina de EJA, todas as monografias analisadas abordam a base contida na disciplina: o contexto histórico, os marcos legais e os fundamentos teóricos. Quanto à influência dos autores trabalhados, apenas Paulo Freire se destaca, estando presente em cinco monografias.

Os demais autores, especialmente Gadotti, não influenciaram significativamente os discentes a partir da ementa, pois os autores mais citados não constam no PPC do curso, e, embora Gadotti, apareça no ementário de 2014/2015, ele não influenciou o único trabalho identificado sob o Currículo 22. Isso indica que os estudantes tiveram acesso a essas referências por meio de seus próprios levantamentos bibliográficos ou por orientação de seus professores.

Após a análise das monografias, identificamos que, no período de 2010 a 2023, os temas mais recorrentes sobre a EJA no município de Piripiri-PI, foram: formação docente, formação de mulheres, afetividade e desafios/problemas enfrentados. Temas atuais como tecnologias e metodologias ativas ainda não foram abordados no recorte analisado, representando uma oportunidade para futuras pesquisas, ampliando o entendimento das inovações tecnológicas na EJA.

Os resultados demonstram que há inúmeros desafios enfrentados na EJA, e que, para superá-los, é essencial investir na formação inicial e continuada dos professores que atuam na EJA e em ações que fortaleçam os vínculos entre a escola e a comunidade, a fim de combater a evasão escolar.

Constatamos ainda que os problemas e desafios relatados se repetem ao longo dos anos nas monografias analisadas, o que revela não apenas uma continuidade desses obstáculos, mas um possível agravamento desses fatores no contexto da EJA.

Diante do exposto, podemos concluir que os objetivos desta pesquisa foram alcançados e que as monografias analisadas se constituem como instrumentos importantes para compreensão dos desafios enfrentados pela EJA. Além disso, oferecem suporte para futuras pesquisas e intervenções mais acertadas nesta modalidade de ensino.

Dessa forma, os dados levantados demonstram como se encontra a pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos, permitindo que as secretarias estaduais e municipais possam refletir sobre a evolução da modalidade no município nesses treze anos. No meio acadêmico, este trabalho servirá de subsídio para outras investigações, contribuindo para a identificação das lacunas ainda existentes sobre a temática.

5 REFERÊNCIAS

BELLO, Luís; BRITTO, Vinícius. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Agência IBGE Notícias, 2024. Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n.º 11 de 10 de maio de 2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5 de julho de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Regina Vinhaes Gracindo. Parecer CNE/CEB n.º 23, de 8 de outubro de 2008 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb023_08.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 15 de junho de 2010. Disponível em: <<https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=113429>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional no 53, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BELUZO, Maira Ferreira. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/464>>. Acesso em: 20 out. 2024.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. A EJA em Teresina–PI: contradições entre o direito e a efetivação da oferta. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 27, n. 55, p. 1-29, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4012>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. *Educar em Revista*, v. 40, p. e89940, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/5fDmC6cXHSHDrrvK4KChhFQ/?lang=pt>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CARVALHO, Juliete Mayra de Carvalho. Educação de Jovens e Adultos: os desafios vivenciados pelos alunos e educadores no programa Brasil Alfabetizado na cidade de Piripiri. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2017, 47f.

COSTA, M. M.; PEREIRA, A. dos S.; PIRES, R. V. . Motivos de Abandono Escolar no Brasil: Análise De Dados Da PNAD Contínua de 2019. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 104–120, 2023. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1615>>. Acesso em: 21 set. 2024.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED – MEC, Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4198645/mod_folder/content/0/3%20Bibliografia%20Complementar/Gram%C3%A1tica%2C%20Norma%20e%20Ensino/RAMAL_LinguaPortuguesaPorqueEComoEnsinar.pdf#page=8>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CURY, C. R. J. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. Revista Educativa - Revista de Educação, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 2, p. 396–424, 2016. DOI: 10.18224/educ.v18i2.4556. Disponível em:

<<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4556>>. Acesso em: 21 set. 2024.

DA SILVA, Lauriana Corrêa. Fatores que Incidem na Evasão Escolar dos Alunos da Primeira Etapa do Ensino Médio-EJA: Revisão de Literatura. RACE-Revista de Administração do Cesmac, v. 9, p. 170-189, 2021. Disponível em: <<https://cesmac.emnuvens.com.br/administracao/article/view/1402>>. Acesso em: 24 set. 2024.

FEITOSA, Danillo Silva; DOS SANTOS, Geisa Ferreira; DA SILVA, Sandra Regina Paz. Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil. Filosofia e Educação, v. 14, n. 1, p. 201-221, 2022. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8668581>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

FERREIRA, Sergio Guimarães; RIBEIRO, Giovanna; TAFNER, Paulo. Abandono e evasão escolar no Brasil. 2023. Disponível em:

<https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2022-AbandonoEvas%C3%A3oEscolarBrasil_1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. -6. ed. - 2. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2009.

GONÇALVES, Maria Regina da Silva. Os desafios da EJA: uma investigação nas comunidades da Zona Rural de Piripiri–PI. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2018, 60f.

LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 59 p. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_bases_3ed.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LIRA, Bruno Carneiro. Passo a passo do trabalho científico. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

LIMA, Maria Consuelo Alves; MELO, Rayane de Jesus Santos. Um olhar sobre a trajetória histórica e as características da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Ensino em Re-Vista, v. 26, n. 2, p. 572-589, 2019. Disponível em:

<<http://educa.fcc.org.br/pdf/ensino/v26n2/1983-1730-ensino-26-02-572.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LIMA, Rafael Rubens da Silva. Os problemas na Educação de Jovens e Adultos na Zona Urbana do município de Piripiri-PI na Visão dos professores. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2013, 52f.

MACHADO, Suliane do Nascimento. História e memória do curso de Pedagogia do Campus Professor Antônio Giovanne Alves de Sousa. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2017. 110f.

MOLL, Jaqueline. et. al. Educação de Jovens e Adultos. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. 144 p. (Projetos e Práticas Pedagógicas).

MIRANDA, L. C. et al. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. In: Seminário de iniciação científica, 5., 2016, Montes Claros. Eventos do IFNMG, 2016. Anais. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. Evasão escolar e jornada remota na pandemia. Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 10, n. 19, p. 28-55, 2021. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4848>>. Acesso em: 22 set. 2024.

NOGUEIRA, Fernanda Maria de Souza. Interculturalidade da EJA: Educação é transmissão de cultura. Goiás, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3018>>. Acesso em: 13/11/2024.

OLIVEIRA, Ana Letícia de Melo. Mulheres e Educação de Jovens e Adultos: uma análise do processo formativo de mulheres fora da idade na cidade de Piripiri-PI. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2021, 57f.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 83-121.

PIAUI. Constituição do Estado do Piauí. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a emenda constitucional n.º 54, de 18 de dezembro de 2019. Teresina (1989). Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70447>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PIAUI. Secretaria de Estado de Educação do Piauí. Conselho Estadual de Educação. Resolução n.º 61, de 27 de abril de 2015. Estabelece normas e procedimentos para a oferta de cursos da Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Sistema Estadual de Ensino do Piauí. Teresina, 2016. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/cee-pi-cee-pi-n-061-2015_5c1a653adfc7b.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PIRIPIRI (PI). *Lei Orgânica do Município de Piripiri: versão consolidada*. Piripiri, 2016. Art. 157 e 158, p. 63. Disponível em: <<https://www.legatus.org.br/concursos/2291/download/>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

PIRIPIRI (PI). *Lei nº 972, de 30 de março de 2022*. Piripiri, 2022. p. 2. Disponível em: <<http://transparencia.camaradepiripiri.pi.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIFFEL, Sonia Marmol; MALACARNE, Vilmar. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, v. 1, p. 01-24, 2010. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. .6. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311446/mod_resource/content/1/Sav.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SILVA, A.P. O direito à educação de jovens e adultos: da denúncia ao anúncio de uma perspectiva crítico-libertadora. 2017. 152f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19808/2/Adriana%20Pereira%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SILVA, Elaine Cândida Carvalho. Educação de Jovens e Adultos: até onde o curso de Pedagogia nos prepara para esse desafio? Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2016, 44f.

SILVA, Janaína da. Afetividade na relação professor-aluno: um estudo na Educação de Jovens e Adultos. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2017, 40f.

SILVA, Maria do Socorro da Conceição Medeiros. Evasão no espaço escolar: desafios vivenciados na Educação de Jovens e Adultos no município de Piripiri-PI/PI. Universidade estadual do Piauí, Curso Licenciatura plena em Pedagogia, 2016, 67f.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR on-line, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. O direito à educação no Brasil: antecedentes e reflexões sobre a legislação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/25519>>. Acesso em: 09 nov. 2024.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien). Jomtien-Tailândia, 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Campus Professor Antonio Giovani Alves de Sousa – PPC: 2010. Piripiri-PI: UESPI, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Campus Professor Antonio Giovani Alves de Sousa – PPC: 2014. Piripiri-PI: UESPI, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Campus Professor Antonio Giovani Alves de Sousa – PPC: 2015. Piripiri-PI: UESPI, 2014.